

RELATO DE EXPERIÊNCIA REFERENTE AO PROJETO DE LEI CRIADO POR ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO

JOSILEIDE VERAS DE SOUSA

Graduanda do Curso de Ciências Sociais, com habilitação em políticas públicas, da Universidade Federal de Goiás – UFG, josileideveras@outlook.com;

1. INTRODUÇÃO

Sou natural de Pedro Afonso – Tocantins, tenho vinte e oito anos, vivi por dez anos em uma Instituição de Acolhimento a Crianças e Adolescentes (IACA)¹ em situação de vulnerabilidade social. Ao alcançar a maioridade me mudei para o Distrito Federal, e, posteriormente, para Goiânia – Goiás, em busca de emprego. Em 2016, ingressei na Universidade Federal de Goiás (UFG), para estudar Ciências Sociais, com habilitação em Políticas Públicas. No ano de 2017 iniciei estágio na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO). E foi nessa situação que notei algo: a maioria dos cargos e funções de decisão e assessoramento eram ocupadas por pessoas brancas, situação que se mantém. Havia presença de pessoas negras. Contudo, elas estavam restritas às funções de limpeza e manutenção. Na ALEGO existe um projeto que se chama Estagiário Cidadão, no qual notei que havia 450 vagas de estágio, porém, além de serem ocupadas predominantemente por pessoas brancas, para completar não especificava reserva de vagas para estudantes negros. Muito menos indígenas e quilombolas.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Cheguei a levar essa problemática para a Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Conversei com vários professores, no entanto, recebi atenção praticamente somente do professor Dr. Francisco Tavares e da professora Dra. Suzane de Alencar. Com a qual eu estava cursando uma disciplina que tratava da temática afroindígena, no ano 2018. Diante dessa demanda que levei, a professora prontamente organizou um seminário visando que o tema de estágio e ações afirmativas fosse discutido. Após o término do seminário, as discussões continuaram de maneira bastante informal, em salas de aula, nos corredores da faculdade, via Whatsapp e com alguns colegas, que se prontificavam a discutir o assunto. A maioria desses colegas eram pertencentes a comunidades tradicionais quilombolas ou indígenas, e nesses

1 Os termos asilo e orfanatos, embora de uso popular, deixaram de ser adotados pelas instituições e políticas públicas, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Desse modo, para denominar o que no passado era chamado de “orfanato” utiliza-se Instituição de Acolhimento a Crianças e Adolescentes (IACA).

diálogos compartilhavam comigo suas trajetórias e desafios de permanência na universidade, sobretudo pela imensa dificuldade em conseguir estágios.

Essa realidade que meus colegas compartilharam comigo me instigaram a pesquisar mais ainda sobre a temática. Com isso, constatei que o desemprego no Brasil no ano de 2020 foi principalmente sentido pela população negra, sendo que a taxa de desemprego de pretos ficou em 17,8% e de pardos 15,4%, de acordo com o IBGE e o Portal de Notícias G1. No estado de Goiás, os dados referentes ao ano de 2017 mostram que o índice de desemprego é maior para a população de mulheres negras e, se aprofunda ao passo que há a inconclusão do ensino médio.

Com relação à parcela da população negra que consegue acessar e permanecer no ensino superior, em 2019 foi apresentado, pela UFG que 54% dos seus graduandos se identificaram como negros. Contudo, isso não significa que estejam empregados ou executando a função para a qual estudam. Conquanto, após tantas pesquisas que desenvolvi durante os últimos dois anos junto a Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAAF-UFG) e nos projetos de pesquisa e extensão que participei, somente agora que me senti segura para escrever e apresentar um projeto que regulamentasse os programas de estágios, reservando vagas para estudantes negros, indígenas e quilombolas, no estado de Goiás.

O Programa Estagiário Cidadão da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás não especifica cotas para grupos socialmente vulneráveis, como negros (pretos e pardos), indígenas e quilombolas, para compor quadro de estagiários. Impedindo assim que pessoas pertencentes a esses grupos coloquem em prática seus conhecimentos adquiridos durante sua formação acadêmica. Construí a proposta da reserva de 50% das vagas de estágio, não somente para pessoas negras (pretas e pardas), mas também para indígenas e quilombolas, tanto nos programas de estágio da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), como nos demais programas de estágio da União, do Poder Executivo do Estado de Goiás, do Ministério Público de Goiás, Tribunal de Justiça de Goiás, Tribunal de Contas de Goiás, Tribunal Eleitoral, Tribunal do Trabalho, Tribunal Militar de Goiás, das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e órgãos da administração municipal.

E sendo estagiária da CAAF-UFG, assim que concluí, apresentei a proposta em uma das nossas reuniões. Pedro Cruz, que também trabalha na CAAF comigo e é presidente da Comissão de Heteroidentificação, organizou uma reunião com a Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi.

Após ouvir a proposta de regulamentação da política pública, a deputada ficou muito animada e se ofereceu para apresentar à ALEGO como um projeto de lei ordinária estadual.

3. RESULTADOS

Atualmente, já foi atribuído um número e oficialmente se tornou o Projeto de Lei nº298, que dispõe sobre a reserva de vagas de estágio para pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e quilombolas, nos programas de estágio no âmbito do poder público do estado de Goiás e está em tramitação na Assembleia Legislativa. Tendo sido aprovada preliminarmente pela mesa diretora, que verifica a constitucionalidade do projeto de lei. Já foi também aprovado pela Comissão de Justiça e Redação, teve um parecer favorável por parte da relatoria e agora está na fase em que aguarda as votações parlamentares, que ocorrerão em dois momentos. Por fim, adicionamos o fator temporal da lei, prevendo que no prazo de 10 anos, a contar da data de publicação, será promovida a revisão dessa ação afirmativa.

Importante ressaltar que as oportunidades me foram essenciais, não somente as de acesso ao ensino superior, mas também as que possibilitaram que eu pudesse colocar os aprendizados em prática. Meu curso é sobre políticas públicas, e uma das etapas de que aprendemos é a formulação dessas. Para que eu pudesse identificar o problema da falta de pessoas negras, quilombolas e indígenas em cargos de poder, não somente nos de limpeza e manutenção, foi necessário que existisse em minha vida a oportunidade de viver o cotidiano daquele espaço, na condição de pelo menos estagiária. Oportunidades que são escassas para populações historicamente marginalizadas, como negros, indígenas e quilombolas.